



**ANA GABRIELA DUQUE DE OLIVEIRA
LEILA FREITAS DE SOUSA**

**ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
ENTRE EXERCÍCIOS COMO INSTRUMENTO DE EVIDENCIAÇÃO DA RIQUEZA
GERADA E DISTRIBUÍDA POR UMA EMPRESA DO SETOR DE AUTOPEÇAS –
ESTUDO DE CASO**

Ji-Paraná
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

O 48 Oliveira, Ana Gabriela Duque de

Análise comparativa de demonstração do valor adicionado entre exercícios como instrumento de evidenciação da riqueza gerada e distribuída por uma empresa do setor de autopeças- estudo de caso/ Ana Gabriela Duque de Oliveira, Leila Freitas de Sousa - Rondônia, 2019.

28 p.

Orientadora: Professor Esp. Tanã Rossi Lopes Bassegio.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) Centro Universitário São Lucas, curso de Ciências Contábeis, 2019.

1. Contabilidade. 2. Demonstração do valor adicionado. 3. Estudo de caso 4. Demonstrativo. I. Sousa, Leila de Freitas II. Bassegio, Tanã Rossi Lopes.

CDU657

**ANA GABRIELA DUQUE DE OLIVEIRA
LEILA FREITAS DE SOUSA**

**ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
ENTRE EXERCÍCIOS COMO INSTRUMENTO DE EVIDENCIAÇÃO DA RIQUEZA
GERADA E DISTRIBUÍDA POR UMA EMPRESA DO SETOR DE AUTOPEÇAS –
ESTUDO DE CASO**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Tanã Rossi Lopes Bassegio.

**ANA GABRIELA DUQUE DE OLIVEIRA
LEILA FREITAS DE SOUSA**

**ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
ENTRE EXERCÍCIOS COMO INSTRUMENTO DE EVIDENCIAÇÃO DA RIQUEZA
GERADA E DISTRIBUÍDA POR UMA EMPRESA DO SETOR DE AUTOPEÇAS –
ESTUDO DE CASO**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Tanã Rossi Lopes Bassegio.

Ji-Paraná, Rondônia, 24 de Junho de 2019.

Resultado: (x) Aprovadas - () Reprovadas - Nota Final: _____

BANCA EXAMINADORA

_____ Prof. Esp. Elias Caetano da Silva	Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - UniSLJP
_____ Profa. Ma. Marlene Muniz O. Pilenghy	Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - UniSLJP
_____ Prof. Esp. Tanã Rossi L. Bassegio	Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - UniSLJP

Ji-Paraná
2019

ANÁLISE COMPARATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ENTRE EXERCÍCIOS COMO INSTRUMENTO DE EVIDENCIAÇÃO DA RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA POR UMA EMPRESA DO SETOR DE AUTOPEÇAS – ESTUDO DE CASO¹

**Ana Gabriela Duque de Oliveira²
Leila Freitas de Sousa³**

RESUMO: Com o passar dos tempos, nota-se a necessidade de as empresas estarem sempre atualizadas a fim de obter informações que contribuam para um melhor desempenho econômico financeiro. A contabilidade, além de ser uma ferramenta que contribui para que a entidade se mostre atuante no mercado, visa também trazer fidedignidade aos usuários. Dentre os vários demonstrativos que são elaborados pela contabilidade, está a DVA - Demonstração do Valor Adicionado. Demonstrativo de suma importância, não só para os gestores como também para os stakeholders, a DVA é um instrumento que tem como propósito evidenciar as riquezas criadas pela empresa em determinado período e de que forma essa riqueza está sendo distribuída. Um dos fatores que fazem com que este demonstrativo não seja tão utilizado no processo de gerenciamento das empresas brasileiras, é que a Lei 11.638/2007 o tornou obrigatório somente para as companhias abertas. Se todos os gestores soubessem da necessidade e da eficiência desse demonstrativo, talvez o utilizassem como instrumento para auxiliar na tomada de decisões, pois a DVA engloba desde a riqueza distribuída com pessoal até os pagamentos de impostos. Um dos componentes de grande diferencial em uma empresa, entende-se que a DVA pode ser muito importante no processo de gerenciamento.

Palavras-chave: Análise comparativa. Demonstração do valor adicionado. Demonstrativo.

COMPARATIVE ANALYSIS OF THE VALUE ADDED STATEMENT BETWEEN PERIOD AS AN INSTRUMENT OF EVIDENTIATION OF THE WEALTH GENERATED AND DISTRIBUTED BY A COMPANY OF THE AUTOPEÇAS SECTOR - CASE STUDY

ABSTRACT: Over time, companies need to be constantly updated in order to obtain information that contributes to a better economic and financial performance. Accounting, as well as being a tool that contributes to the entity being active in the market, also aims to bring reliability to users. Among the various statements that are prepared by the accounting, is the DVA - Demonstration of Value Added. This is a very important demonstration, not only for managers but also for stakeholders, DVA is an instrument that aims to highlight the wealth created by the company in a given period and in what way this wealth is being distributed. One of the factors that make this statement not so used in the process of managing Brazilian companies is that Law 11.638 / 2007 made it compulsory only for publicly-held companies. If all managers knew the need and efficiency of this statement, they might use it as an

¹ Artigo apresentado no curso de graduação em Ciências Contábeis do Ensino Superior do Centro Universitário São Lucas 2019, como Pré-requisito para conclusão do curso, sob orientação do professor Tanã Rossi Lopes Bassegio tana.bassegio@saolucas.edu.br

² Ana Gabriela Duque de Oliveira, graduanda em Ciências Contábeis do Ensino Superior do Centro Universitário São Lucas 2019. E-mail: olv.gabi@hotmail.com

³ Leila Freitas de Sousa, graduando em ciências contábeis do Ensino Superior do Centro Universitário São Lucas 2019. E-mail: leilafrts@gmail.com

instrument to aid in decision making, since VAD ranged from distributed wealth with personnel to tax payments. One of the great differential components in a company, it is understood that DVA can be very important in the management process.

Keywords: Comparative analysis. Demonstration of added value. Demonstrative.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é peça fundamental nas organizações, já que ela fornece as ferramentas necessárias para obtenção dessas informações. Vale ressaltar também que a contabilidade é o controle que a empresa possui sobre a vida econômica, financeira e patrimonial, indispensável para a gestão e sucesso de uma entidade.

Existem diversos usuários que utilizam a informação contábil, tais como: sócios, acionistas, fornecedores, financiadores, governo, administradores e empregados, buscando através das demonstrações, a informação que atenda seu interesse. Essas informações são utilizadas no processo de tomada de decisões, com base nos resultados analisados, auxiliando na projeção para o futuro.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA tem importante papel quanto à divulgação da distribuição do valor adicionado. Ela é um dos instrumentos elaborados pela contabilidade para contribuir no gerenciamento de uma companhia e tem como propósito evidenciar as riquezas criadas pela empresa em determinado período e sua distribuição, além de mostrar de que forma essas riquezas estão sendo distribuídas entre as partes internas e externas, como por exemplo, o setor de pessoal e o governo, respectivamente.

A DVA é obrigatória somente para as companhias abertas conforme a Lei 11.638/2007, talvez um dos motivos que façam com que este demonstrativo não seja tão comum no processo de gerenciamento das empresas brasileiras, como os demais demonstrativos.

Este trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: como se apresenta a geração e a distribuição de riqueza pela Pemaza Acre LTDA no Estado do Acre nos anos de 2016 e 2017?

O presente estudo tem por finalidade apresentar a elaboração da DVA da empresa Pemaza Acre Ltda dos anos de 2016 e 2017, e comparar as informações a fim de apresentar um demonstrativo eficiente para as possíveis tomadas de decisões. Será elaborada a DVA com base no modelo proposto pelo CPC 09 e com todas as orientações que constam no mesmo, a fim de assegurar a fidedignidade

das informações que constarão ao longo dessa pesquisa, serão apresentados os aspectos conceituais da contabilidade, apresentam-se também as abordagens metodológicas, a classificação da pesquisa, os procedimentos técnicos, a coleta de dados e instrumentos, logo após a elaboração da DVA com os dados cedidos pela empresa Pemaza Acre Ltda.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a geração e a distribuição de riqueza pela empresa Pemaza Acre LTDA nos anos de 2016 e 2017.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as contas de resultado: receitas, custos e despesas dos períodos a serem analisados;
- Estruturar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), de acordo com o CPC – 09/NBC TG – 09;
- Analisar comparativamente a riqueza gerada nos períodos e sua distribuição entre os principais componentes: Pessoal, Governo, Financiadores Externos e Financiadores Internos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Cada vez mais se torna comum o assunto Responsabilidade Social no meio contábil como algo fundamental para as empresas inseridas no mercado. Esta situação deve-se ao fato de que antes as empresas tinham apenas o objetivo de maximizarem seus lucros, entretanto, hoje estas, não tem necessidade de prestarem contas apenas para seus acionistas, devendo também informações a seus funcionários, governo, mídia e por fim a sociedade. Pois o objetivo da Contabilidade é ser agente de informação de todo acontecimento em uma entidade. Com o advento da Lei 11.638/2007 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, o a Demonstração do Valor Adicionado - DVA que é parte da estrutura do Balanço Social se torna independente. No entanto, a Lei 11.638/07 trouxe a obrigatoriedade de apresentação da Demonstração para as empresas S/A de capital aberto, bem

como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que através do Pronunciamento CPC nº 09, normatizou o modelo da DVA trazendo esclarecimentos e padronizando a confecção da mesma. Portanto o presente estudo visa esclarecer a real finalidade da DVA e como esse demonstrativo pode ser tão eficiente quando usado para fins de comparações entre períodos, ano após ano, se tornando um demonstrativo indispensável para o profissional da contabilidade e principalmente para os gestores, e demais partes interessadas.

2.1 CONTABILIDADE E A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Alguns historiadores relatam que os primeiros sinais da existência das contas datam de aproximadamente 4.000 A. C. Entende-se que o homem primitivo, ao inventariar as primeiras ferramentas e instrumentos de caça e pesca disponível, ao contar seus rebanhos, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade.

Oliveira e Nagatsuka apud Feital (2000 p. 19) afirmam que:

Alguns pesquisadores afirmam que o início das práticas relacionadas com o controle das contas data mais de mil anos antes de Cristo. Para outros, tais preocupações são tão velhas quanto a humanidade. Para mensurar, avaliar, e controlar seus bens pessoais desde os tempos remotos, os reis, faraós, comerciantes, agricultores, etc.; utilizavam técnicas de registros, o que pode ser entendido como o início da contabilidade como hoje é conhecida.

A informação contábil deve ser em geral e antes de tudo, verdadeira, de forma a satisfazer as necessidades comuns de muitos diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente nenhum deles, considerado o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes.

De acordo com o Comitê de Pronunciamento Técnico - CPC 00:

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses. Essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo esta Estrutura Conceitual. Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários. Disponível em: <[HTTP://WWW.CPC.ORG.BR/CPC](http://www.cpc.org.br/cpc)>.

Os relatórios contábeis apresentam informações sobre os recursos econômicos da entidade, nesse contexto as características qualitativas da

informação contábil-financeira, são identificadoras dos tipos de informação consideradas com as mais úteis, tanto para investidores e credores na tomada de decisão.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUAS FINALIDADES

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nesta data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confinados.

Conforme Braga, (2009, p. 65)

As Demonstrações Contábeis têm, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação patrimonial, econômica e financeira.

Diante do exposto, pode-se dizer que as demonstrações contábeis têm um papel muito importante, nota-se que através das informações que constam nos demonstrativos contábeis é que se percebe a fidedignidade das informações e o papel responsável da entidade para com a sociedade.

De acordo com o Comitê de Pronunciamento Técnico – CPC 26:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. Disponível em: <[HTTP://WWW.CPC.ORG.BR/CPC](http://WWW.CPC.ORG.BR/CPC)>.

A contabilidade tem como finalidade oferecer informações sobre o patrimônio e sobre o resultado econômico e financeiro das entidades em determinado período aos diversos usuários das informações contábeis. A veracidade dessas informações prestadas é essencial para que os seus usuários e demais partes interessadas

tomem decisões válidas que proporcionem o alcance de seus objetivos.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

A demonstração do resultado do exercício é um dos demonstrativos mais importantes da contabilidade, pois é um instrumento indispensável nas tomadas de decisões nas empresas, pois produz informações para todos os níveis hierárquicos, e através dos resultados apresentados mensalmente, auxilia os gestores durante o ano, a tomar os rumos das decisões a cada dia, para que o resultado traçado para o período seja atingido, seja através do aumento de vendas, ou reduções de custos e despesas, e assim auxiliando a atingir as metas do período.

A DRE é uma grande aliada do empreendedor. Por isso, saber usá-la é tão importante para a administração da sua empresa.

Segundo CPC 26 Item 82 a Demonstração do resultado do exercício deve incluir as seguintes rubricas:

- (a) receitas;
- (b) custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- (c) lucro bruto;
- (d) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- (e) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- (f) resultado antes das receitas e despesas financeiras;
- (g) despesas e receitas financeiras;
- (h) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- (i) despesa com tributos sobre o lucro;
- (j) resultado líquido das operações continuadas;
- (k) valor líquido dos seguintes itens:
 - (i) resultado líquido após tributos das operações descontinuadas, e
 - (ii) resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada;
- (l) resultado líquido do período. Disponível em: <[HTTP://WWW.CPC.ORG.BR/CPC](http://www.cpc.org.br/cpc)>.

A Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório contábil elaborado juntamente com o Balanço Patrimonial. O resultado líquido do período transformado em reserva de lucros ou prejuízos acumulados é que vai para o balanço patrimonial juntamente com as outras contas, assim contribuindo para o decorrer das atividades na empresa.

A Demonstração de resultado do Exercício é o confronto entre receitas e despesas, ou seja, a receita bruta que a empresa obteve durante o período menos as despesas. A DRE objetiva mostrar em forma de exercício o resultado líquido do

período e apurar se empresa obteve resultado de lucros ou prejuízos. As despesas são consideradas débito, isto é, tem o saldo como devedor, já as receitas possuem saldo credor. “Para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades” (CPC 30 R1, 2012, item 8, p. 4).

A DRE é um dos demonstrativos que compõem a contabilidade de maior importância para os gestores, pois nela é que está mencionado o resultado de respectivo exercício, através desse demonstrativo pode-se ter uma conclusão de como anda a saúde econômico financeira da empresa, uma vez que na DRE consta o lucro ou prejuízo de determinado período. É através da DRE que se pode avaliar o lucro de determinada empresa, e quando necessário, realizar modificações na administração para melhorar os resultados. Quando a DRE retrata a real situação da empresa, é possível que se tenha uma administração voltada para a eficiência e a competência, e é flexível aos interesses dos usuários de modo geral. A DRE mostra a potencialidade de geração de lucros nas empresas, por intermédio da informação econômica, antes e depois dos impostos, caso o resultado seja negativo a DRE nos mostra também o prejuízo em determinado exercício, diante disto pode-se afirmar que é através da DRE que os gestores saberão se a empresa está dando lucros ou prejuízos.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Tendo como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), visto que essa visa prioritariamente os sócios e acionistas e a DVA está mais voltada para governo e sociedade.

De acordo com o CPC 09:

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período. Essa demonstração está fundamentada em conceitos macroeconômicos, ou seja, visa o contexto regional e nacional onde a empresa está inserida, buscando apresentar a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto - PIB. Disponível em: <[HTTP://WWW.CPC.ORG.BR/CPC](http://www.cpc.org.br/cpc)>.

Para os investidores e demais usuários das demonstrações contábeis, a DVA proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a melhor possibilidade de avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida.

Tinoco e Moraes (2008, p.8), afirmam que:

A DVA evidencia de forma transparente o valor gerado pelas corporações, ou seja, a riqueza nova gerada a partir de sua atividade operacional e sua repartição aos segmentos beneficiários. Essa demonstração tem um poder de evidência superior, a todas as outras demonstrações contábeis e financeiras.

Sendo assim, a DVA, praticamente, presta informações a todos os agentes econômicos que têm interesse na empresa, tais como governo, financiadores, fornecedores, clientes e empregados.

Através da Lei 11.638/07, as empresas que têm a obrigatoriedade de publicar a DVA são as companhias abertas e as sociedades limitadas de grande porte, ou seja, sociedades que tiverem, na apuração do exercício anterior, ativo total maior que R\$ 240 milhões ou receita bruta superior a R\$ 300 milhões.

Conforme Lei 11638/2007 Parágrafo único.

Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

A elaboração e a estruturação da DVA estão regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 09, emitido em 2009. E o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, ao instituir o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio da Resolução 1.055/05, demonstra o compromisso e a preocupação da entidade no que diz respeito à harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade aos Padrões Internacionais.

De acordo com o CPC 09 Item 10:

A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representa dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

A DVA proporciona, de forma ordenada, informações necessárias e essenciais para os usuários das demonstrações contábeis, sejam elas a título de informação sobre as riquezas geradas pela organização, e a sua distribuição entre

aqueles que contribuíram para sua geração, ou seja: os sócios/acionistas, os empregados, o governo e os financiadores externos; como também a título de análises gerenciais como base para tomadas de decisões, diante das informações que a DVA proporciona, os gestores podem fazer uma projeção de como este demonstrativo se comportará no período seguinte, e com isso será possível observar quais grupos estão tendo o maior crescimento ou diminuição da riqueza gerada, pode-se também projetar para quais partes envolvidas está indo a maior parcela de riqueza distribuída, e através dessas análises os gestores podem tomar decisões concretas e de grande impacto, dependendo do objetivo da entidade, se os gestores notarem que a empresa está tendo um alto valor de riqueza distribuída para o governo, ou seja para os impostos em gerais, logo nota-se que diante de tal situação e com o objetivo de pagar menos impostos a empresa optará por reduzir seus custos em determinados períodos, fazendo que com isso seja gerada uma menor carga tributária, e conseqüentemente seja distribuído um valor menos significativo para os impostos.

2.5 ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A DVA começa distribuindo as informações dos valores que a empresa recebeu. Inicialmente, tem-se a receita bruta com vendas e os ganhos de capital. Em seguida, apresentam-se os insumos que a empresa adquiriu de terceiros, o que inclui não apenas mercadorias e matéria-prima como também serviços e energia, entre outros. A diferença entre esses valores representa o valor adicionado bruto. Desse valor serão descontadas as despesas com amortização, depreciação e exaustão, resultando no valor adicionado líquido produzido pela organização.

Todas as contas necessárias para a elaboração da DVA estão contidas no balancete de verificação, uma vez que o mesmo traz detalhadamente cada conta e seus respectivos grupos, de acordo com a padronização e o plano de contas utilizado por cada empresa.

A seguir apresenta-se a estrutura da DVA que é utilizada pelas empresas em geral como indústria, comércio e prestadoras de serviços.

Quadro 01 – Modelo da DVA – Empresas Comerciais, Industriais e Prestadoras de Serviços

	20XX	20XX
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf, 2018.

Conforme visto no quadro 1 Modelo da DVA, observar-se que em sua estrutura estão todos os grupos de contas necessárias para a geração bem como

para a distribuição das riquezas, ao elaborar a DVA de determinada empresa o profissional contador irá agrupar cada conta de resultado em seu respectivo grupo composto na estrutura da DVA, afim de deixar o demonstrativo detalhado e bem estruturado.

2.6 PREENCHIMENTO DA DVA

O detalhamento completo da descrição de cada item da DVA é relatado de forma bem pormenorizada no CPC-09, serão apresentadas a seguir as principais informações de cada um dos itens da sua estrutura.

Receitas: Com base no CPC 09, definem-se receitas como sendo um grupo em que se apresenta o faturamento bruto da empresa relativo às vendas de mercadorias, produtos e serviços prestados. Incluem-se também outras receitas relativas às vendas de ativo imobilizado e investimentos, como também as receitas oriundas da construção de ativos próprios, a serem utilizados pela empresa, como a construção de novas filiais.

Insumos Adquiridos de Terceiros: Conforme traz o CPC 09, estão incluídos nesse grupo gastos com terceiros na compra de produtos como a matéria-prima, contidas no custo do produto vendido, mercadorias e serviços vendidos também adquiridos de terceiros, não incluindo gastos com pessoal próprio, despesas relativas a materiais, energia, serviços de terceiros e outros incluem, pois estes são usados na conservação ou construção de bens.

O valor adicionado bruto: Diante do exposto no CPC 09, apura-se neste grupo o valor adicionado bruto através da diferença entre o total das receitas e os insumos de terceiros.

Depreciação, Amortização e exaustão: Com base no CPC 09, incluem-se neste grupo as depreciações, amortizações e exaustões contabilizadas no período nas contas dos grupos de custos e despesas da empresa.

O Valor Adicionado Líquido apurado pela Entidade: Conforme fundamentação do CPC 09, a definição deste grupo é dada pela diferença entre o Valor Adicionado Bruto e as depreciações, amortizações e exaustões do período.

Valor Adicionado Recebido em Transferência: Ainda de acordo com o CPC 09, de maneira bem resumida, atribui a este grupo todas as receitas financeiras, como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo.

Valor Adicionado Total a Distribuir: Mediante CPC 09, este grupo contém a soma da riqueza gerada pela empresa no período, referente ao ramo em que ela atua, mais receitas oriundas de investimentos que não estão ligados com a real fonte de renda da empresa.

Distribuição do Valor Adicionado: Conforme o CPC 09 compõe este grupo a parte relativa à distribuição de riqueza da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Neste grupo estão compostas todas as contas a quais terão suas porcentagens de valor adicionado apuradas, trazendo em sua sequência, conforme quadro 1 Modelo da DVA, a distribuição com Pessoal, onde serão apresentados os valores reativos às remunerações diretas recebidas pelos empregados. Também serão incluídos neste grupo os benefícios concedidos pela empresa, entre eles assistência médica, transporte, alimentação entre outros. Inclui-se também o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que é o valor depositado em conta vinculada ao empregador na CEF, para ser resgatado pelo empregado quando de sua demissão. No grupo dos Impostos, Taxas e Contribuições estão incluídos os valores destinados ao governo, separados por esferas de poder, como os tributos de competência federal: IRPJ, CSSL, IPI; estaduais como o ICMS e o IPVA; e os de competência dos municípios, como: ISS e IPTU. Ainda com base no que foi fundamentado no CPC 09, ficou entendido que estes tributos são representados neste tópico, independente se considerados nos custos das mercadorias ou dos produtos, ou se no grupo das despesas operacionais. E os tributos não cumulativos como ICMS, IPI, PIS e COFINS são registrados pelos seus valores líquidos, ou seja, descontando-se dos valores sobre as receitas, os créditos apurados sobre as compras de mercadorias, produtos e demais créditos. Já no grupo da Remuneração de Capitais de Terceiros, são incluídos os valores destinados para pagamento ou créditos aos financiadores externos de capital, sejam na forma de aluguéis, despesas financeiras, variações cambiais, ou outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros como, franquia, direitos autorais, etc. E por fim temos o grupo da Remuneração de Capitais Próprios, estão incluídos os valores pertencentes aos sócios e acionistas relativos aos lucros ou prejuízos apurados no período, através da DRE, tanto os lucros distribuídos, quanto os acumulados que serão destinados para constituição de reservas. Ainda diante da fundamentação no CPC 09 ficou esclarecido que nos períodos em que forem apurados prejuízos, apenas estes não

serão remunerados no período, ou seja, os sócios e acionistas, pois irão suportar a riqueza distribuída em excesso, aos demais elementos que contribuíram para sua geração: empregados, governos e financiadores externos.

2.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E OS QUOCIENTES DE ANÁLISE

Um dos métodos bem usuais de se extrair as informações que a DVA produz é comparar o percentual de cada item com o valor adicionado.

Diante da finalidade desse estudo será apresentada a teoria apenas dos quocientes das porcentagens com Pessoal, Governos, Terceiros, Capital Próprio e a análise horizontal do Valor Adicionado. A análise por quociente é uma técnica utilizada para análise financeira, que proporciona aos gestores um instrumento para comparações entre empresas, podendo ser utilizado a fim de melhorar suas atividades de produção. A seguir apresentam-se as fórmulas dos quocientes com Pessoal, Governos, Terceiros, Capital Próprio e a análise horizontal do Valor Adicionado que podem ser apurados com a utilização da Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

2.7.1 Quociente entre Gastos com Pessoal e Valor Adicionado

Este quociente mostra a parcela do valor adicionado que está sendo distribuída aos trabalhadores.

Santos (2007, p. 229) explica que:

Essa informação é de grande utilidade e pode auxiliar na solução de enormes discussões travadas entre, por exemplo, sindicalistas ou representantes de empregados e seus empregadores ou sindicatos patronais. Esse instrumento, obviamente, não deve encerrar as discussões, mas seguramente tem muito a contribuir para a indicação das soluções entre as partes.

Dessa maneira este índice evidencia a participação da mão-de-obra utilizada pelas empresas. A fórmula utilizada para descobrir a parcela destinada aos funcionários é a seguinte:

Remuneração dos Funcionários = Gasto com Pessoal/Valor Adicionado (Ariovaldo dos Santos pág.223)

2.7.2 Quociente entre Gastos com Impostos e Valor Adicionado

Este quociente busca evidenciar o quanto de riqueza foi distribuída para o Estado, sendo eles Governo Federal, Estadual e Municipal, através de tributos.

A respeito da representação do Estado como agente econômico, Santos (2007, p. 229) responde que “o Estado desempenha seu papel como agente econômico à medida que é o principal responsável pela manutenção da infraestrutura do país e, conseqüentemente, um dos grandes responsáveis pela garantia de toda atividade econômica.”.

Tanto o Estado, quanto a empresa poderão se beneficiar através deste índice, pois o governo terá mais informações sobre a escolha de áreas ou setores da economia que terão a possibilidade de obter a redução ou isenção dos impostos, e as empresas podem fazer uso destes incentivos, obtendo mais lucro.

A fórmula utilizada para encontrar a parcela distribuída ao Estado é a seguinte:

Tributos ao Governo = Gastos com Impostos/Valor Adicionado (Ariovaldo dos Santos pág. 229)

2.7.3 Quociente entre Gastos com Juros e Aluguéis e Valor Adicionado

Os juros e aluguéis são os valores destinados a remuneração do capital de terceiros, e são considerados como fatores de produção. Este quociente procura estabelecer a parcela da riqueza destinada aos financiadores de capitais, no caso os juros e aluguéis.

Santos afirma que (2007, p. 230) “o quociente obtido da relação entre juros e aluguéis e valor adicionado mostra a parcela da riqueza que é distribuída aos financiadores externos de capital; em outras palavras, quanto de cada unidade monetária gerada como riqueza será distribuído como juros e aluguéis.”.

Portanto para descobrir as parcelas da riqueza distribuídas ao capital de terceiros utiliza-se a seguinte fórmula:

Remuneração de Capital de Terceiros = Juros e Aluguéis/Valor Adicionado (Ariovaldo dos Santos pág. 230).

Visto a importância de Capitais de Terceiros dentro de uma empresa, esse quociente torna-se muito interessante, pois a empresa poderá saber quanto de

terceiros está sendo utilizado para financiar o ativo da entidade, e se isso pode estar de alguma maneira afetando o desempenho da empresa.

2.7.4 Quociente de Lucros Retidos e Dividendos e Valor Adicionado

Este quociente mostra uma das parcelas da riqueza criada pela empresa que são distribuídas aos donos das quotas ou ações, no caso os sócios ou acionistas, e lucros mantidos em caixa que normalmente é reinvestido agindo como fortalecimento para o crescimento da companhia, ou seja, o capital próprio.

Santos (2007, p. 230) “afirma que os valores apresentados por esse quociente podem constituir-se num excelente medidor que indicará a evolução e tendência da forma como as riquezas criadas pelas empresas são distribuídas aos portadores de suas quotas ou ações.”.

A seguir apresenta-se a fórmula utilizada para encontrar as parcelas da riqueza distribuídas aos sócios ou acionistas, que é a seguinte:

Remuneração de Capital Próprio = Lucros Retidos e Dividendos/Valor Adicionado (Ariovaldo dos Santos pág., 230)

Atualmente no Brasil, os dividendos e os lucros retidos incluem seus valores aos juros sobre o capital próprio.

2.7.5 Quociente entre o Valor Adicionado do Ano e o do Ano Anterior

Este quociente visa mostrar as alterações do valor adicionado de um ano para o outro, fornecendo informações a respeito do nível de atividade econômica da empresa, é um quociente que se deve ter bastante atenção, levando em conta que as informações extraídas nem sempre dará uma ideia do que aconteceu apenas olhando os valores de um período para o outro, por isso é importante que se faça uma análise minuciosa a fim de assegurar os resultados que se deseja.

Desta forma Santos (2007, p. 228) explica que:

Se o valor das vendas de um ano é 20% superior ao valor das vendas do ano anterior, isso não necessariamente significa que houve acréscimo de 20% das unidades vendidas. Se o nível de preços cresceu, por exemplo, 30% isso indica que houve redução de 9,2% das unidades vendidas. Ao contrário, se o nível de preços caiu 5% o acréscimo das unidades vendidas foi de 26,3%.

Portando quando se compara o valor adicionado de um ano para o outro, o

resultado mostra um acréscimo ou decréscimo da atividade da empresa na produção e distribuição da riqueza. Este índice possibilita de a empresa verificar a evolução do valor adicionado, buscando respostas sobre o que ocorreu com a empresa nos anos analisados. A fórmula utilizada para descobrir o resultado deste quociente é:

Análise Horizontal do Valor Adicionado= $(\text{Valor Adicionado} - 2017 / \text{Valor Adicionado} - 2016) - 100$ (Ariovaldo dos Santos pág., 228)

Vale ressaltar que esse quociente possibilita muito aos gestores a observarem o que ocorre na empresa de um período para o outro no que diz respeito a gerações de riquezas, este quociente pode mostrar muito sobre a saúde financeira da empresa, apesar de não ser esse o real objetivo da DVA, porém a mesma traz toda a receita de determinado exercício, bem como suas deduções, e ao final, depois de feita toda a distribuição da riqueza que foi gerada pela empresa, a DVA nos proporciona um resultado de lucros ou prejuízos, resultado esse que deve ser o mesmo que estiver representado na DRE.

2.8 ANÁLISE HORIZONTAL – ENCADEADA

Pode-se dizer que já há muito tempo as demonstrações contábeis passaram a ter importância crucial para se obter um diagnóstico da situação financeira de uma empresa.

Segundo Pires (1996, p. 81):

A evolução das técnicas de análise das demonstrações contábeis não objetivava o estudo geral e holístico que o fenômeno patrimonial comporta. Eram adoções isoladas de técnicas desenvolvidas especificamente por banqueiros que necessitavam conhecer a riqueza patrimonial de seus devedores. Somente na década de oitenta, no Brasil, começa a se identificar uma tendência à visão holística, sem, contudo, estar apoiada em conteúdo científico e lógico. Estruturava-se na análise e técnica de extração de informes e índices das demonstrações contábeis padronizadas conforme a Lei 6.404-76 (Lei das SAs).

Dentre os métodos mais utilizados tradicionalmente para a análise das demonstrações contábeis, encontram-se as análises horizontal e vertical, utilizaremos na apuração e análise dos resultados desse estudo, o método de análise horizontal, que segundo o autor Matarazzo (1997, p. 249), “baseia-se na evolução de cada 2 conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série”. Com base nesse fundamento entende-se que,

para que o analista não se confunda ao analisar determinado demonstrativo ele deve sempre utilizar-se como referência o ano base.

Ainda de acordo com Matarazzo (1997, p. 253),

A Análise Horizontal pode ser efetuada através do cálculo das variações em relação a um ano-base – quando será denominada Análise Horizontal encadeada – ou em relação ao ano anterior – quando será denominada Análise Horizontal anual. Entende-se então que análise horizontal se baseia na comparação entre resultados de um mesmo indicador em relação a períodos anteriores, recebe assim esse nome, inclusive, porque na maioria das vezes é feita ao dispor diferentes dados um do lado do outro para a comparação. Dessa forma, esse tipo de análise promove uma comparação de valores avulsos, indicando qual foi a evolução em relação a resultados passados.

Entende-se que um dos principais objetivos da análise horizontal, é analisar se os valores das Demonstrações Financeiras cresceram ou diminuíram em comparação com as informações de períodos anteriores. Após a elaboração da DVA e a aplicação da técnica de análise horizontal, é possível obter informações quanto às variações que ocorreram em alguns grupos em determinado período.

3 METODOLOGIA

A metodologia é o estudo utilizado através de técnicas e métodos que levam ao objetivo proposto. Ou seja, busca através de estudos sobre determinado tema, encontrar maneiras de elucidar respostas e objetivos para a pesquisa científica.

Barros e Lehfeld (2000, p. 2) definem a metodologia como “um conjunto de procedimentos a serem utilizados na obtenção do conhecimento. É a aplicação do método, através de processos e técnicas, que garante a legitimidade do saber obtido.”.

Schlittler (2008, p. 40) afirma que a metodologia tem o “propósito de indicar ao pesquisador o caminho para investigar a verdade. Nesta fase, o monografista deverá indicar ao leitor os métodos e técnicas que empregará para o desenvolvimento de seu raciocínio lógico.”.

A técnica de raciocínio utilizada para exemplificar o objetivo deste artigo científico é o método dedutivo, que na visão de Galliano (1986, p. 39) “é dedutivo o raciocínio que parte do geral para chegar ao particular, do universal para chegar ao singular. Em outras palavras, a dedução consiste em tirar uma verdade particular de uma verdade geral na qual ela está implícita.”.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

3.1.1 Quanto ao Problema:

Este trabalho é de caráter quantitativo por se tratar da utilização de demonstrativos contábeis de uma entidade. Para Richardson (1999, p. 70) “o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências.”.

Boudon (1989, p. 24) acrescenta dizendo que “é uma pesquisa que permite recolher, num conjunto de elementos, informações comparáveis entre um elemento e outro. Essa comparabilidade das informações é que permite, a seguir, as enumerações e, de modo mais geral, a análise quantitativa dos dados.”.

Para elaboração da DVA e obtenção de informações extraídas a partir deste, fez-se necessário a utilização de dados extraídos buscando resultados através de indicadores quantitativos, do razão analítico das contas de resultado, e demais relatórios informativos, lembrando-se que os dados obtidos foram dos períodos de 2016 e 2017.

3.1.2 Quanto aos Objetivos:

Os objetivos foram apresentados de forma descritiva com intuito de descobrir, com a mais possível exatidão, o que ocorre com os fatos, sua relação e conexão com os outros, sua essência e características. Andrade (2003, p. 124) afirma que na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.”.

Para Rampazzo (2015, p. 53) a pesquisa descritiva “busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.”.

A pesquisa seguiu de forma descritiva, buscando informações, analisando e interpretando os resultados obtidos que trouxesse os motivos e razões que uma

empresa teria para usar o demonstrativo DVA e o que ela poderia trazer de contribuições no processo de gestão de uma entidade.

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

O procedimento adotado para a pesquisa foi o estudo de caso, que para Santos (2006, p. 77) “constituem-se de práticas necessárias para a aquisição dos dados com os quais se desenvolverão raciocínios que resultarão em cada parte do trabalho final.”.

Almeida (1996, p. 106) define dizendo que o estudo de caso “objetiva coletar e analisar informações sobre uma determinada comunidade, ou indivíduo em particular, a fim de registrar dados variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa.”.

O presente trabalho foi elaborado na empresa Pemaza Acre LTDA com o objetivo de desenvolver a Demonstração do Valor Adicionado - DVA e estudar as contribuições que ela pode trazer para entidade na realização das suas atividades, sendo desenvolvida a pesquisa nos exercícios de 2016 e 2017.

3.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS

As pesquisas foram realizadas através de livros, artigos, sites, legislação societária, pronunciamentos e demonstrativos contábeis fornecidos pela empresa mediante relatórios e visitas efetuadas na entidade, como também estudos na biblioteca do Centro Universitário.

Para elaboração da DVA foram utilizadas contas de resultados que constam no Balancete de Verificação, DRE e relatórios administrativos que complementaram as informações dos demonstrativos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tudo se inicia quando o agricultor Sávio Pereira Martins, em 1948, compra o seu primeiro caminhão e começa a transportar mercadorias de Belo Horizonte para Coronel Fabriciano - MG, trecho de aproximadamente 220 Km, que demorava de 7 a

30 dias para ser cruzado, devido às condições da estrada, que eram feitas a base de enxada.

Com muita luta e esforço, o senhor Sávio, funda a sua primeira loja de Autopeças (por volta de 30 de maio de 1960) em Coronel Fabriciano - MG e começa a se desenvolver no ramo automobilístico.

Em viagem pelo Brasil na década de 70, o senhor Sávio - empreendedor nato - percebeu que o futuro do País estaria na região Norte e Centro-Oeste. Prevendo que o Grupo poderia crescer juntamente com a região, em 30 de junho de 1977, inaugurou a 1ª loja do Grupo Pemaza na Região Norte, cidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

Atualmente o grupo Pemaza conta com 36 lojas no Estado de Rondônia, 7 lojas no Estado do Acre e 1 loja de peças e pneus no Estado do Mato Grosso.

Para obtenção dos valores de cada conta contida na estrutura da DVA, foram elaboradas tabelas auxiliares, sendo elas tabela de receitas, tabela de insumos adquiridos de terceiros, tabela de receitas financeiras, tabela de remuneração direta e indireta, tabela de taxas, impostos e contribuições e tabela de remuneração de capital de terceiros e capital próprio, todas essas tabelas foram criadas de modo a auxiliar na estruturação da DVA.

Foram utilizadas as contas de resultados contidas no Balancete de Verificação da Pemaza Acre Ltda, e foi utilizado também o demonstrativo DRE Demonstração do Resultado do Exercício, para fins de comparações dos totais das contas apuradas no balancete com o resultado apurado na DRE, com a finalidade de manter as informações fidedignas.

Para obtenção dos valores de cada conta contida na estrutura da DVA, foram elaboradas tabelas auxiliares, sendo elas tabela de receitas, tabela de insumos adquiridos de terceiros, tabela de receitas financeiras, tabela de remuneração direta e indireta, tabela de taxas, impostos e contribuições e tabela de remuneração de capital de terceiros e capital próprio, todas essas tabelas foram criadas de modo a auxiliar na estruturação da DVA.

Com base nos objetivos desta pesquisa, evidencia-se na tabela 01 a Demonstração do Valor Adicionado da Empresa Pemaza Acre LTDA nos períodos de 2016 e 2017, conforme traz o modelo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 09.

Tabela 1- DVA da Empresa Pemaza Acre LTDA

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

	2016	2017
1 – RECEITAS	R\$ 32.905.500,53	R\$ 37.463.729,41
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	R\$ 32.905.500,53	R\$ 37.463.729,41
1.2) Outras receitas	R\$ -	R\$ -
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	R\$ -	R\$ -
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa-Reversão/(Constituição)	R\$ -	R\$ -
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS - (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	R\$ 24.061.607,89	R\$ 25.936.190,76
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	R\$ 22.393.919,86	R\$ 24.841.393,89
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	R\$ 1.686.431,13	R\$ 1.169.950,12
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	R\$ -18.743,10	R\$ -75.153,25
2.4) Outras (especificar)	R\$ -	R\$ -
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	R\$ 8.843.892,64	R\$ 11.527.538,65
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	R\$ -51.349,04	R\$ -76.836,09
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	R\$ 8.792.543,60	R\$ 11.450.702,56
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	R\$ 89.554,42	R\$ 43.741,58
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	R\$ -	R\$ -
6.2) Receitas financeiras	R\$ 89.554,42	R\$ 43.741,58
6.3) Outras	R\$ -	R\$ -
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	R\$ 8.882.098,02	R\$ 11.494.444,14
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	R\$ 8.882.098,02	R\$ 11.494.444,14
8.1) Pessoal	R\$ 2.153.365,65	R\$ 2.433.845,53
8.1.1 – Remuneração direta	R\$ 1.701.852,05	R\$ 1.931.515,80
8.1.2 – Benefícios	R\$ 232.910,38	R\$ 258.537,15
8.1.3 – F.G.T.S	R\$ 218.603,22	R\$ 243.792,58
8.2) Impostos, taxas e contribuições	R\$ 3.289.578,06	R\$ 4.203.991,34
8.2.1 – Federais	R\$ 3.212.806,33	R\$ 4.058.039,53
8.2.2 – Estaduais	R\$ 46.204,08	R\$ 103.251,24
8.2.3 – Municipais	R\$ 30.567,65	R\$ 42.700,57
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	R\$ 301.726,76	R\$ 205.858,06
8.3.1 – Juros	R\$ 87.939,50	R\$ 11.758,71
8.3.2 – Aluguéis	R\$ 213.787,26	R\$ 194.099,35
8.3.3 – Outras	R\$ -	R\$ -
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	R\$ 3.137.427,55	R\$ 4.650.749,21
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	R\$ 3.137.427,55	R\$ 4.650.749,21
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da empresa.

A seguir, com base nos valores apurados em tabela e com base na Demonstração do Valor Adicionado, apresenta-se a análise através de índices elaborados para melhor alcance das informações.

Remuneração dos Funcionários: Gasto com Pessoal/ Valor Adicionado

Ano 2016 – $2.475.405,30/8.882.098,02 = 27,86\%$

Ano 2017 – $2.819.606,45/11.494.444,14 = 24,53\%$

Percebe-se que no ano de 2016 a empresa distribuiu de sua riqueza aos trabalhadores 28% do total produzido, um valor significativo em relação ao total, e no ano de 2017 ocorreu uma diminuição de 3,33%, mostrando uma involução na distribuição dessa distribuição ao pessoal.

Tributos ao Governo: Gastos com Impostos/Valor Adicionado

Ano 2016 – $3.362.293,15/8.882.098,02 = 37,85\%$

Ano 2017 – $4.210.549,62/11.494.444,14 = 36,63\%$

Nota-se que nos anos de 2016 e 2017 houve um valor expressivo na participação do Governo, quase metade do valor adicionado foi distribuído ao governo, tendo em vista que a Pemaza Acre Ltda efetua maioria compras fora do Estado de Rondônia, e com isso possui um grande estoque de mercadorias, que consequentemente faz com que a empresa pague mais impostos, e além do ICMS estão inclusos nesse grupo dos impostos, os impostos municipais que incluem o ISS que também tem grande relevância nesse grupo por se considerar que a Pemaza Acre Ltda também é uma prestadora de serviços e com isso também contribui para o englobado de impostos das cidades das quais se encontram lojas no Estado do Acre, e por fim os impostos federais que podemos mencionar aqui como exemplo o Pis e o Cofins, que também tiveram valores expressivos de acordo com as tabelas elaboradas.

Remuneração de Capital de Terceiros= Juros e Aluguel/Valor Adicionado

Ano 2016 - $87.939,50/8.882.098,02 = 0,99\%$

Ano 2017 – $11.758,71/11.494.444,14 = 0,10\%$

Observando a contribuição do ano de 2016 nota-se que os financiadores externos de capital tiveram uma participação expressivamente pequena na geração de riqueza, sendo de apenas 0,99%, ou seja, menos de 1% em relação ao total de riqueza gerada, e no ano de 2017 esse valor foi ainda menor de apenas 0,10%, com isso nota-se que a empresa diminui ainda mais de um ano para o outro a sua dependência com terceiros, utilizando-se apenas de capital próprio.

Remuneração de Capital Próprio= Lucros Retidos e Dividendos/Valor Adicionado

Ano 2016 – $3.137.427,55/8.882.098,02 = 35,32\%$

Ano 2017 – $4.650.749,21/11.494.444,14 = 40,46\%$

No caso da Pemaza Acre Ltda, a empresa em 2016 destinou 35% da sua riqueza total ao capital próprio, um bom resultado, tendo em vista que quase metade da riqueza criada pela empresa foi transformada em lucro para os sócios. No ano de 2017 esse valor foi ainda maior de 40% em relação ao total, um aumento de 5% em relação ao ano anterior, ou seja, os sócios têm participação muito expressiva nos resultados da empresa.

Análise Horizontal do Valor Adicionado= $(\text{Valor Adicionado} - 2017 / \text{Valor Adicionado} - 2016) - 100$

$(11.494.444,14/8.882.098,02) - 100 = 29,41\%$

Constatou-se que em 2017 a empresa Pemaza Acre Ltda auferiu um índice superior ao exercício de 2016, sendo notório o contraste quantitativo de 29,41%.

Considerações Finais

Essa pesquisa foi desenvolvida através dos demonstrativos DRE e Balancete de verificação, além da contribuição do setor contábil nas dúvidas solucionadas por eles. A apresentação dos resultados se deu através de índices embasados teoricamente nessa pesquisa, demonstrando ter atendido as expectativas, e com isso, afirma ser relevante no processo de gestão de uma empresa. A estrutura da DVA permite que o usuário observe com facilidade desde a receita total até sua distribuição, pois é um demonstrativo que organiza de maneira simples, as receitas, os insumos, depreciações e receitas financeiras e por fim o valor adicionado que será distribuído, ou seja, um demonstrativo que serve como base para a retirada de informações através de quocientes, além de ser fácil de compreender.

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada de acordo com a estrutura exigida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis do CPC nº 09, sobre a empresa Pemaza Acre Ltda, nos períodos de 2016 e 2017. Neste demonstrativo, verificou-se que a empresa possui um bom volume de vendas, principalmente no ano de 2017, mas destina boa parte das suas receitas para a aquisição de insumos.

Assim sendo, os objetivos apresentados nesta pesquisa relativos aos dados levantados através dos demonstrativos contábeis e demais relatórios administrativos, e principalmente a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado com as análises dos índices, demonstraram que os resultados esperados pela empresa foram alcançados, demonstrando através das análises feitas que os resultados apurados foram significante e positivos, e com isso proporcionou a empresa uma maior segurança e reconhecimento perante ao mercado, colaboradores e demais partes envolvidas.

Referências

ALMEIDA, Maria Lucia Pacheco de. Tipos de Pesquisa. In: _ **Como Elaborar Monografias**. 4. ed. Belém: Cejup, 1996. Cap. 4, 9 págs.

ANDRADE, Maria Margarida de. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: _ **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 10, 7 págs.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; **LEHFELD**, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia. In: _ **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. Cap. 1, 14 págs.

BOUDON, Raymond. Os métodos das pesquisas quantitativas. In: **Os métodos em sociologia**. ed. São Paulo: Ática, 1989. Cap. 2, 30 págs.

BRASIL. Pronunciamento técnico do CPC 00. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e dá outras providências. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**.

_____. Pronunciamento técnico do CPC 03. Demonstração do Fluxo de Caixa. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**.

_____. Pronunciamento técnico do CPC 09. Demonstração do Valor Adicionado. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Lei nº 11.638/07.

_____. Pronunciamento técnico do CPC 26. Apresentação das demonstrações contábeis. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**.

_____. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades por Ações.

_____. **Lei 11638**, de 28 de Dezembro de 2007. Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Luis M. NAGATSUKA, Divane. **Introdução à contabilidade**, São Paulo: Futura, 2000.

PIRES, Marco Antônio Amaral. Análise Moderna do Fenômeno Patrimonial. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, DF, ano 25, n 100, p.80-85, jul/ago 1996.

RAMPAZZO, Lino. A pesquisa. In: **_ Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2015. Cap. 3, 11 págs.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Fases da pesquisa científica**. In: **_ Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, Cap. 4, 94 págs.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado – Como Elaborar e Analisar a DVA**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHLITTLER, José Maria Martins. Fase Inicial da pesquisa. In: **Como Fazer Monografias**. ed. Campinas: Servanda, 2008. Cap. 2, 36 págs.

TINOCO, J. E. P.; **MORAES**, P. B. Uso da demonstração do valor adicionado - DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. **eGesta - Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**. V. 4, n. 1, p. 1-32. Santos, SP: jan./mar. 2008.